



*A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NA CIDADE DE RIO GRANDE/RS: UM CONTEXTO  
DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DOS TRABALHADORES NA PRIMEIRA  
REPÚBLICA*

**Francisco Furtado Gomes Riet Vargas<sup>1</sup>**  
**Rita de Cássia Grecco dos Santos<sup>2</sup>**  
**Elomar Tambara<sup>3</sup>**

**RESUMO:** A partir da constatação de poucos estudos acerca da História da Educação em Rio Grande/RS, este texto enseja dar visibilidade a um contexto da História da Educação dos Trabalhadores nesta cidade durante o período conhecido na História do Brasil como Primeira República. Para tanto, buscamos aportes na literatura existente sobre o referido período histórico falando sobre Rio Grande, o operariado e a educação. Recorremos também aos Relatórios da Intendência Municipal de Rio Grande e a alguns jornais em circulação nesta cidade na Primeira República, justamente para termos um panorama mais amplo dos intentos para a educação das camadas urbanas subalternas.

**Palavras-chave:** História da Educação. Operariado. Educação Operária. Rio Grande

***THE HISTORY OF EDUCATION IN THE CITY OF RIO GRANDE / RS:  
CONTEXT FOR THE HISTORY OF WORKER'S EDUCATION IN THE FIRST  
REPUBLIC***

**ABSTRACT:** This paper aims to show a context for the History of Worker's Education in the city of Rio Grande during the period in Brazil's History known as First Republic. Therefore, this article seeks contributions in the literature on the period talking about the city of Rio Grande, the working class and education. While attentive to the Relatórios da Intendência Municipal (City Hall Reports) and some existing newspapers in this city to have a broader picture of the intentions for the education of urban subaltern.

**Keywords:** History of Education; worker; worker education; Rio Grande.

---

<sup>1</sup> Mestre em Educação pela UFPel. Pesquisador vinculado ao Centro de Estudos e Investigações em História da Educação – CEIHE FaE/UFPel.

<sup>2</sup> Professora Adjunta no Instituto de Educação da FURG. Pesquisadora vinculada ao Centro de Estudos e Investigações em História da Educação - CEIHE-FaE/UFPel e ao Grupo de Estudos e Pesquisa Estágio e Formação de Professores GEPEFOP/UFPel.

<sup>3</sup> Doutor em Educação; Professor titular do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) e da Faculdade de Educação (FAE) da UFPel

*LA HISTORIA DE LA EDUCACIÓN EM LA CIUDAD DE RIO GRANDE/RZ: UM  
CONTEXTO DE LA HISTORIA DE LOS TRABAJADORES EM  
LA PRIMERA REPÚBLICA*

**RESUMEN:** A partir de la constatación de pocos estudios acerca de la Historia de la Educación en Rio Grande/RS, este artículo intenta dar visibilidad a un contexto de la Historia de la Educación de los Trabajadores en esta ciudad, durante el período conocido en la Historia de Brasil como Primera República. Para tanto, buscamos aportes en la literatura existente sobre el referido período histórico hablando sobre Rio Grande, el operario y la educación. Utilizamos también los informes de la Intendencia Municipal de Rio Grande y algunos periódicos que circulaban en esta ciudad en la e de la Primera República, justamente para tener una visión más amplia de los intentos para la educación de las camadas urbanas subalternas.

**Palabras clave:** Historia de la Educación; Operario; Educación Operaria; Rio Grande.

## **EXÓRDIO**

A motivação para construção deste artigo origina-se da reconhecida carência de informações acerca da História da Educação no contexto educacional da cidade de Rio Grande. Existe uma bibliografia bastante parca sobre a História da Educação nesta urbe, em que pese o fato de que, esta cidade possui Relatórios da Intendência Municipal em vasta quantidade e jornais em vasto número e conservados, depositados no acervo da Biblioteca Municipal Riograndense.

Tendo em vista Rio Grande ser uma cidade com mais de 276 anos de história escrita, o que tornaria nossa pesquisa colossal, optamos pelo recorte temporal focado no período republicano e nas camadas sociais subalternas, dando ênfase na educação para os trabalhadores durante a Primeira República.

Para tal intento nos debruçamos sobre os referidos relatórios e jornais, utilizando da análise dos referidos textos, para estruturarmos um panorama sobre a educação ofertada para os trabalhadores urbanos no referido período.

## **CONTEXTO BRASILEIRO**

Para pensarmos a História da Educação em Rio Grande, faz jus refletirmos conjuntamente a História da Educação no Brasil. A História da Educação no país assume como marco inicial o ano 1549, sublinhado pela vinda dos jesuítas para as terras

portuguesas na América. Durante mais de 200 anos os jesuítas centralizaram as questões da educação em terras neste território (SAVIANI, 1999, p.13; CARVALHO, 2001, p.139).

Tal monopólio é rompido com as políticas do Marquês de Pombal, que expulsou os jesuítas de Portugal e seus territórios, em 1759. Com isso teremos um momento em que vigora relativa coexistência entre a educação confessional e uma educação mais laica. São criadas as primeiras aulas-régias em terras brasileiras, que seriam os primeiros vestígios de educação pública secular no território em questão. Conjuntamente a isso se intercalam aulas domésticas e particulares, porém ainda é difícil pensar em uma escola estruturada nos territórios portugueses da América neste momento histórico.

O começo do século XIX é marcado pela vinda da família real portuguesa ao Brasil fugindo das tropas napoleônicas, em 1808. Em momento posterior, mais precisamente em 1822, é proclamada a Independência. Entre os fatores que marcam este período, salientam-se os investimentos em educação no Brasil, como a fundação de faculdades e o aumento quantitativo no número de aulas-régias, além do começo do planejamento e virtual delineamento de um sistema de ensino (VILLELA, 2001, p.99).

Inicia aí a discussão de métodos de ensino, empregando-se primeiramente o método Lancaster ou o Método Mútuo<sup>4</sup>. Tal metodologia esbarra em uma série de dificuldades devido à carência de condições materiais e humanas para sua aplicação a contento; faltavam materiais didáticos para os alunos, espaços apropriados para as aulas e os professores não eram formados para o implemento desse método (FARIA FILHO, 2001, p.141-142).

Posteriormente, começa a se utilizar métodos mistos, entre os métodos doméstico, mútuo e o simultâneo. Porém, o estabelecimento do método simultâneo apenas “[...] se torna possível com a produção de materiais didáticos-pedagógicos, como livros para os alunos e a disseminação de materiais como o ‘quadro negro’, o que só se dará com a constituição dos espaços escolares, no final do século XIX” (FARIA FILHO, 2001, p.142).

Em finais do século XIX chega ao Brasil o pensamento pedagógico de Pestalozzi.

---

<sup>4</sup> Outros métodos utilizados anteriormente não foram abandonados, havendo a concomitância de vários métodos.

A partir desse evento, e dessa matriz teórica, começa a se pensar a educação além da organização da sala de aula. Ocorre que se começa a refletir a questão do ensino-aprendizagem. Esse método é conhecido como método intuitivo, devido ao fato de defender uma abordagem que dava importância à intuição e observação como momento primeiro e insubstituível da aprendizagem (*Ibidem*, 2001, p.143).

Conjuntamente a isso há a tentativa de formação de professores; como forma de efetivar este projeto, dois professores chegam a ser enviados para o exterior a fim de se apropriarem do método mútuo e simultâneo (VILLELA, 2001, p.104). Nota-se que conjuntamente a essa preocupação com a educação no século XIX, também começa a nascer a preocupação com a formação dos professores propriamente dita; no entanto, a mesma continuará precária até fins do século XIX, variando entre as aulas-avulsas e a seriação.

Dessa forma é possível depreender que até esse momento a educação no Brasil é bastante instável, havendo apenas alguns focos de coerência e estruturação do ensino, como, por exemplo, o Colégio Pedro II. O referido colégio também passa por alguns momentos de instabilidade, porém, apesar de ainda haver aulas avulsas no Ginásio Nacional (nome dado ao Colégio Pedro II após a Proclamação da República), podemos notar que há alguma coerência, a tal ponto, que ele se torna padrão a ser alcançado em nível nacional através do decreto da equiparação (VECHIA, 2005, p.88-89).

## **A FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES NO BRASIL**

Paralelamente a esta conjuntura educacional brasileira, no panorama social, o Brasil começa a passar por várias transformações no final do século XIX. O escravismo, que já vinha sofrendo golpes com as pressões inglesas, é paulatinamente abolido. Com isso começa a predominar uma nova força de trabalho no Brasil, o trabalhador assalariado (SEGATTO, 1987, p.12).

Tal força é composta por alguns ex-escravos, trabalhadores brasileiros e uma parcela de imigrantes vindos da Europa. Esses imigrantes trazem em sua bagagem novos ideais que proclamam igualdade; ideias de luta por uma sociedade justa e equilibrada, identificadas com o socialismo, tanto em sua raiz social-democrata quanto na libertária, identificada pelas ideias de auto-gestão e propostas adjacentes, ou seja, anarquista.

Nesta mesma direção, começa a ocorrer um crescimento urbano do Brasil, alavancado pelo processo de industrialização. Com isso, boa parte dessa mão-de-obra começa a migrar para as cidades, emergindo daí o operariado urbano (SEGATTO, 1987, p.13-14).

## **HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE RIO GRANDE**

No Rio Grande do Sul esse processo de formação de uma estrutura educacional se dá de forma similar ao que ocorre no resto do país, porém com certas peculiaridades. Devemos focar o fato particular de que o histórico do crescimento urbano no Rio Grande do Sul, integrado ao mercado internacional, começou posteriormente, ou seja, em momento diferente ao do país (PESAVENTO, 1994, p.7).

As primeiras incursões europeias no que atualmente se entende por Rio Grande do Sul começam apenas no século XVII, com a chegada dos jesuítas. Esses formam reduções na região noroeste do atual estado do Rio Grande do Sul. Tais reduções são os locais de onde partem os rudimentos pedagógicos implantados nesta região dentro da concepção moderna de instrução. Porém, com a expulsão dos jesuítas, as reduções acabam se desmantelando devido à belicosidade entre portugueses e índios.

Nesse momento já começa a inserção portuguesa no sentido de tomar posse do Sul do Brasil, primeiramente com a instalação da Colônia do Sacramento, nas margens do Rio da Prata, em 1680, e posteriormente com a fundação do Forte Jesus-Maria-José, onde se situa atualmente o município de Rio Grande, em 1737 (*Ibidem*, p.20).

O Rio Grande do Sul, e mais propriamente a cidade de Rio Grande se integra primeiramente ao regime colonial português, como ponto militar estratégico. Também se integra como região fornecedora de gado, que é inicialmente levado para as regiões mineiras pelos tropeiros.

Posteriormente, com a colonização da Zona Sul do estado, surgem as primeiras estâncias, onde o gado xucro começa a ser arregimentado, domesticado, para tornar-se gado de corte. Começa assim também o cerceamento de terras nessa região. Desta forma o Rio Grande do Sul se engaja no sistema colonial português e, posteriormente, ao escravismo brasileiro, polarizando-se como região subsidiária, responsável pelo abastecimento do mercado interno de gêneros alimentícios.

Nessa condição, periférica em relação ao resto do Brasil, as terras gaúchas sofrem o ônus relativo à pequena atenção das autoridades centrais, sobretudo na educação. Entre os efeitos negativos dessa situação, podemos observar a minguada proliferação de escolas; foram poucas; além de alguns colégios particulares, é possível apontar as primeiras aulas-régias em 1820, sendo uma efetuada em Rio Grande (GIOLO, 1994, p.19-20).

A Independência não altera relevantemente o panorama educativo do Rio Grande do Sul, conforme Giolo (1994), devido à falta de políticas públicas. Todavia, ainda que se tentasse a alternativa via método, conforme foi citado anteriormente, começa-se a utilizar o método Lancaster, também no estado. Porém, o Rio Grande do Sul se antecipa e envia um professor ao Rio de Janeiro, em 1825, para habilitar-se nesse método; também recebeu o encargo de colocar o método em prática nas escolas gaúchas a partir de agosto de 1827, dois meses antes da lei imperial que determinava o uso dessa metodologia (*Ibidem*, p.21-24).

Em 1834, com o Ato Adicional à Constituição, a educação primária e secundária passa a ser de responsabilidade das províncias. Porém, os recursos destas instâncias eram poucos; estas unidades não tinham solidez, autonomia para criarem novas taxas, além da inerente instabilidade de seus presidentes, logo, a situação da educação continuou no abandono.

Em Rio Grande a situação não era muito diferente, mesmo sendo esta um polo estadual, tendo em vista possuir o único porto marítimo da província, o que a qualificava enquanto ponto estratégico e como porta de entrada e de saída do Rio Grande do Sul e do país. De acordo com Francisco Alves, em Rio Grande, a Câmara reivindicou frequentemente o ensino e, em 1851, lançou um relatório no qual analisava condições, dificuldades, possíveis soluções e solicitava auxílio para a instrução em Rio Grande, ato repetido de 1853 a 1855 (ALVES, 1995, p.64).

Conforme podemos ver em Alves, é possível notar um paulatino aumento do acesso à educação na cidade de Rio Grande. De 1851 até 1879 o número de alunos matriculados nesta municipalidade vai de 281 para 1133, contando com ambos os sexos. Porém, há reclamação da Câmara de Rio Grande quanto à falta de uniformidade das aulas, que ficavam a cargo de cada professor (ALVES, 1995, p.65-66).

No mesmo texto é colocada a ausência de locais apropriados para as aulas, ministradas inadequadamente em pequenas salas, atividade inconveniente e insalubre à

saúde das crianças. Isso vinha no esteio das críticas que a Câmara de Rio Grande fazia sobre o método Lancaster, que traria benefícios, efeitos positivos e vantagens apenas tardiamente (*Ibidem*, p.66).

Em 1879 começa em Rio Grande a tentativa da criação da Escola Municipal Silveira Martins, para tal, ocorre movimentação em função da subscrição de seus munícipes. Essa escola encontrava-se, através das doações, parcialmente construída em 1881, porém, faltavam-lhe portas, janelas, assoalhos. Para a finalização da obra foi solicitado auxílio à Assembleia da Província, ainda assim não logrou êxito, e em 1883, o prédio que estava em construção foi destruído por um incêndio. Independentemente desse fato a Câmara continuou pedindo auxílio para a construção da escola, mas o movimento não obteve êxito (*Ibidem*, p.68-69).

Em 1887, o relatório da Câmara de Rio Grande ainda aponta o problema da localização das casas onde os professores ministravam suas aulas, que ficavam afastadas do centro da cidade, tendo em vista o aluguel do local onde se ministra as aulas, podendo ser encargo do professor. Ainda é citada a falta de utensílios apropriados, pois havia aulas onde alguns alunos estudavam de pé (*Ibidem*, p.66).

Ainda ocorria a preocupação com as aulas no interior do município, que haviam sido suprimidas, pois, devido ao baixo ordenado, os professores desistiam; outro fator de supressão destas aulas foi a omissão do próprio poder público (*Ibidem*, p.67-68). Outra preocupação constante era a instrução das classes populares, para tanto a Câmara solicita auxílio pecuniário para as aulas noturnas, já existentes, e para a abertura de novas vagas neste período.

Entretanto, com a República, não é possível salientar grandes mudanças na educação, visto que aparecem, nesse panorama, para o ano de 1897, 18 escolas públicas gratuitas e primárias, com 800 alunos. Já nos estabelecimentos privados existem 16 unidades, que atendem 623 alunos, em uma cidade de aproximadamente 30 mil habitantes. As escolas existentes em Rio Grande, nestes primeiros anos de República, são particulares e muitas de existência efêmera. Todavia, a maioria dos jovens em idade escolar não tem como estudar, pois não há vagas no ensino público (CESAR, 2007, p.21).

Ainda podemos citar o estabelecimento de ensino mantido pela Sociedade União Operária, que desde maio de 1894 (RIO GRANDE, 1920, Quadro 8), disponibiliza aulas para seus associados e dependentes, destinada a ambos os gêneros (CORREA, 1987, p.110).

Devemos mencionar os intentos católicos em prol da educação, primeiramente, o Liceu Salesiano Leão XIII, que após a compra pelo vigário de um terreno em frente a central de trens, começa neste local o curso primário em regime de internato e externato (CESAR, 2007, p.21). Junto a este encontramos o Colégio dos Jesuítas, que teve três denominações: São Luís (1898), Stella Maris (1902) e Sagrado Coração de Jesus (1906).

Porém, a formação oferecida pelas escolas rio-grandinas até 1906, segundo Cesar (2007), vai até o quarto ano primário, sendo, estas escolas, em sua maioria, compostas por uma única sala de aula. O autor ainda afirma a existência do Liceu Salesiano Leão XIII, no bulevar Buarque de Macedo (atual Avenida Buarque de Macedo), do Colégio Arruda, instrução privada para o sexo feminino em regime de externato, na Rua Marechal Floriano; do Colégio Ernest, que primeiramente funciona na Rua Riachuelo e posteriormente vai para a Rua Marechal Floriano; do Colégio Alemão, na Rua Barão do Cotegipe; da Escola Maternal, que seria feminina e teria primário e secundário; Colégio Amor ao Estudo, que funcionava na Rua General Bacelar; Colégio Instrução e Moralidade, na Rua Paysandu (atual Rua Republica do Líbano); Wylli Cesar destaca que tal rua abarcava a zona do meretrício no período; e o Colégio dos Jesuítas, extinto em 1913, situava-se à Rua General Canabarro, onde hoje localiza-se o Colégio São Francisco (2007, p.21-22).

Ainda acrescentamos que faltaram algumas escolas a serem citadas por César, entre elas: a Escola Sociedade União Operária, localizada na Rua Yatahy (atual rua Dr. Nascimento); a Escola da Companhia União Fabril, mista, situada na Rua Rheingantz; Colégio Riograndense, na Rua Barão do Cotegipe; e a Escola Mista, na Rua Andrades Neves (RIO GRANDE, 1920, p.12). Cabe aqui observar que quase todas essas escolas encontravam-se em região central da cidade, que no período compreendia as proximidades do Porto, excetuando-se o Colégio dos Jesuítas e o Liceu Salesiano, a Escola da Sociedade União Operária e a Escola da Companhia União Fabril, mais afastadas do eixo central do complexo urbano de Rio Grande.

Segundo Willy Cesar (2007), até 1905, os jovens nascidos em Rio Grande, para prosseguir seus estudos, deveriam mudar de cidade para matricular-se em um ginásio; as famílias ricas, por meio de suas posses, mandavam seus filhos para o Ginásio D. Pedro II (2007, p.23).

Em 1906, retardatariamente, é criado o Ginásio Municipal Lemos Junior, que apesar do subsídio municipal, era naquele momento uma instituição de regime jurídico privado, ou em outras palavras, particular (2007, p.47). Isso se deve ao aumento do fluxo de capital e ao enriquecimento da burguesia riograndina, envolvida nos negócios portuários. Tal expansão é notória principalmente a partir das primeiras décadas do século XX, quando a força política dessa burguesia, para expandir seus negócios, atua no sentido de estruturar a região em função de seus interesses. Tais atos levam à construção do Porto Novo de Rio Grande e à dos Molhes da Barra, movimento que possibilitou criar concorrência direta com o Porto uruguaio de Montevideú (MARTINS, 2006, p.129-130).

Podemos observar, pela leitura dos jornais “O Tempo”, “Rio Grande” e “O Echo do Sul”, além dos relatórios da Intendência Municipal riograndina, que naquela época o Ginásio Municipal é o orgulho da cidade no que tange à educação. Frequentemente citado nos jornais da cidade, e sempre mencionado nos relatórios da Intendência, esta escola se destaca, sendo equiparado ao Colégio Pedro II (RIO GRANDE, 1922, p.12).

Podemos observar que Rio Grande não possui um sistema público de ensino primário bem organizado, tendo em vista que as primeiras escolas<sup>5</sup> públicas elementares surgiram apenas na década de 1910, e por iniciativa do governo estadual. O sistema municipal de ensino era constituído de aulas avulsas espalhadas pelo território da municipalidade. Na sede da cidade, onde se concentra mais de 83% da população (RIO GRANDE, 1924)<sup>6</sup>, apresenta-se apenas uma, das 19 aulas avulsas municipais, e mais duas subvencionadas, todas primárias (RIO GRANDE, 1924, p.30-31).

Porém, a municipalidade constrói e mantém um Ginásio com renome nacional, onde apesar de seu ensino não ser gratuito, a Intendência dispendia quase 50% do orçamento investido com educação (RIO GRANDE, 1924, p.30-31), visando a atender camadas mais abastadas da comunidade local, evitando que os filhos destes tenham que

---

<sup>5</sup> Aqui utilizamos escolas no sentido de várias salas de aulas em um mesmo prédio, com uma estrutura administrativa auxiliar ao desenvolvimento do ensino.

<sup>6</sup> No Anexo de Estatísticas, p.13.

se deslocar para outras cidades para continuar seus estudos.

Ainda observamos em Rio Grande, na década de 1910, a criação de duas escolas elementares por iniciativa do governo estadual do Rio Grande do Sul. São elas as escolas Juvenal Miller e Bibiano de Almeida. Assim como a criação da Escola Industrial Elementar, em 1917. Todas as três na sede da municipalidade. O estado, em 1920, mantinha ainda oito aulas avulsas, sendo destas, seis na sede do município. Destas seis aulas, quatro se localizavam em regiões periféricas da sede do município (RIO GRANDE, 1920, Quadro 4-5).

Além disso, encontramos citadas no Relatório da Intendência, de 1920, 15 escolas particulares, todas localizadas na sede da cidade, com a maioria encontrando-se em região central da cidade.

### **FORMAÇÃO DA CLASSE OPERÁRIA EM RIO GRANDE**

Conjuntamente a essa formação de uma estrutura educacional, podemos observar o surgimento da classe operária também no território gaúcho. Destacam-se nesse sentido Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande. Tal classe operária tem sua gênese na manufatura saladeira e nas atividades portuárias. Cabe aqui frisar que não são operários ainda de fato, pois muito dos envolvidos são ainda escravos e as manufaturas ainda não se caracterizam como indústrias. Ainda que houvesse escravos no Rio Grande do Sul, seu número não é tão significativo como nos grandes centros nacionais. Com os frequentes golpes que o escravismo sofre durante o Império, desde a Lei Bill Aberdeen (1845)<sup>7</sup>, e posteriormente com as leis Eusébio de Queirós (1850)<sup>8</sup>, do Ventre Livre (1871)<sup>9</sup>, dos Sexagenários (1885)<sup>10</sup> e, por fim, a Lei Áurea<sup>11</sup>, houve uma tendência no Rio Grande do Sul, enquanto economia periférica, de os donos de escravos venderem suas “peças” às regiões centrais do Brasil, caracterizadas, estas, pela economia de exportação (região cafeeira). Isso ocasionou a gradual substituição da mão de obra escrava pela assalariada.

Conjuntamente, dentro desse contexto, ocorre um processo de industrialização no estado do Rio Grande do Sul, tendo seu princípio em Rio Grande, com a instalação

---

<sup>7</sup> Lei inglesa que concedia direito de curso aos navios ingleses quando diante de navios envolvidos no tráfico negro.

<sup>8</sup> Lei brasileira que proibia o tráfico negro.

<sup>9</sup> Libertava os filhos de escravos.

<sup>10</sup> Libertava os escravos com mais de 60 anos.

<sup>11</sup> Aboliu a escravidão no Brasil.

da tecelagem da Companhia União Fabril, em 1873 (LONER, 1999, p.59). Cabe aqui citar que, assim como Beatriz Loner consideramos indústrias os estabelecimentos que usam máquinas movidas não só a tração animal e mão humana, mas também as que se valem de outras fontes de energia, neste caso, o vapor.

Em Rio Grande houve a instalação de muitas outras indústrias; exemplos: a tecelagem Ítalo-Brasileira, a Fábrica de Charutos Poock, a Fábrica de Conservas Alimentícias Leal Santos, entre outras. Todas elas com mais de 50 operários. Nota-se que nesse cenário industrial ocorre a predominância das indústrias de tecelagem e alimentícia, isso no período da Primeira República.

Rio Grande se destaca no contexto do Rio Grande do Sul também devido ao seu porto marítimo, sendo este, desde aquela época, um dos principais escoadouros da produção regional, ficando em defasagem somente em relação ao porto de Montevideú, que estava, naquele momento, mais modernizado. Além disso, o porto de Rio Grande possuía o grande problema da necessidade de ampliação dos Molhes da Barra e da devida dragagem do canal de acesso ao mar.

Esse é o cenário onde se inseriu uma classe operária heterogênea, conforme podemos apreender na tese de Beatriz Loner (1999), formada tanto por trabalhadores nacionais (incluindo ex-escravos) quanto imigrantes. Uma classe operária que, conforme cita a autora, confrontou-se internamente nos primeiros momentos, nos embates entre operários nacionais e estrangeiros, devido ao fato de a vinda de mão-de-obra estrangeira excluir os trabalhadores nacionais (1999, p.77-82).

No entanto, é possível notar uma integração desse operariado a partir da década de 1910, acrescentando a isso que os primeiros imigrantes que chegaram como operários<sup>12</sup>, estavam deixando os postos de trabalho e sendo substituídos pelos seus filhos, já nascidos no Brasil ou nacionalizados pela sua criação. Loner destaca nesse sentido a existência de vários sindicatos compostos por mistos de trabalhadores com sobrenomes nacionais e estrangeiros<sup>13</sup> (1999, p.87-91).

Quanto às organizações operárias podemos observar, em tabelas publicadas por Loner, um grande número de organizações de trabalhadores. Uma das primeiras existentes recebeu o nome de Clube União Caixeiral. Apesar de não serem operários em

---

<sup>12</sup> De acordo com Beatriz Loner, a maior parte dos imigrantes era destinada às colônias, sendo que os poucos que aqui chegaram para as fábricas foram trazidos por essas mesmas em finais do século XIX (1999, p.85).

<sup>13</sup> Nesse sentido, Loner sinaliza o problema de fazer esse tipo de constatação considerando a quantidade de trabalhadores portugueses existentes.

essência, este agrupamento constitui uma das primeiras categorias de trabalhadores a associar-se na cidade de Rio Grande. Embora a Sociedade Tipográfica Rio Grandense tenha sido formada em 1890 (LONER, 1999, p.576); desta forma notamos que a organização dos trabalhadores riograndinos é bastante precoce, caminhando quase que em concomitância com começo da industrialização nesta cidade.

Cabe assinalar que estas organizações podem apresentar características diferentes uma das outras, ou a mesma entidade pode modificar sua orientação em dados momentos, dependendo da orientação e também de seus fins. Devido a isto é lícito dividi-las em dois tipos de organizações: as sociedades beneficentes, que visavam atender necessidades previdenciárias e outros direitos sociais que o estado ainda não concedia neste momento, e as entidades de luta, que combatiam pela concessão de direitos junto aos patrões através da organização dos trabalhadores.

Conjuntamente a isso podemos observar as diversas lutas dos trabalhadores riograndinos. Frequentemente houve greves, em diversas ocasiões, desde os tempos mais remotos da indústria riograndina. Segundo Loner, entre os anos de 1889 e 1900, ocorreram doze greves em Rio Grande, sendo sete vinculadas ao Porto e duas em fábricas têxteis (1999, p.288).

Sobre estas movimentações a referida autora ressalta que quanto às greves “[...] em categorias fabris, nenhuma pareceu padecer da falta de organização” apesar de que na “greve dos tecelões da Rheingantz, a SUO não existia”, sobre o que a autora conjectura:

[...] a experiência e a “técnica” de bem fazer uma greve tenham sido trazidas por operários vindos de outras regiões, ou de que esses tecelões (...) se tenham imbuído do conhecimento necessário através da leitura de jornais e livros sobre agitação operária (LONER, 1999, p.289-290).

Quanto aos anarquistas diz a autora que nas “[...] duas primeiras décadas, a presença dos anarquistas passou quase despercebida. Eles existiam principalmente na cidade de Rio Grande, em pequeno número e sem uma atuação diferenciada” (*Ibidem*, p.347). Um desses exemplos é a jornalista, professora e escritora anarquista Agostina Guizzardi. Sendo assim:

A partir de 1908, apareceram militantes libertários com participação em grupos teatrais ou de pensamento. Sua maior atividade ocorreu nos anos de 1911 a 1925, em que marcaram a vida sindical e até política das duas cidades (Rio Grande e Pelotas), com suas organizações, sua cultura, sua agressividade e lucidez na defesa de suas idéias, seja na luta sindical ou na luta ideológica, através de artigos de jornais, publicações, peças teatrais e fundação de escolas (LONER, 1999, p.348).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em face de todos estes dados, podemos concluir que, apesar das tentativas, nenhuma mudança significativa foi realmente implementada ao modelo educacional que vigorou na SUO. Apesar de os anarquistas terem assumido essa sociedade e a transformarem “em um instituto de educação operária”, isso não foi suficiente para a real implantação de uma educação radicalmente libertária, apesar das tentativas de reestruturação verificadas.

Ainda podemos testemunhar que mesmo sendo essa uma escola operária, esta instituição pouco se diferenciava, quanto a sua grade curricular, do conteúdo programático proposto pela Reorganização da Administração do Ensino Público Primário, de 1881; bem como não se alternava diferencialmente em sua forma de agir em relação aos educandos, já que em tais práticas foi possível averiguar a ocorrência de procedimentos de premiação e punição, atos que vão de encontro a princípios pedagógicos libertários.

Assim vemos como se dá a formação das classes urbanas subalternas. Juntamente a isto, observamos a precária situação educacional, que não só atinge a população riograndina em geral, mas principalmente, a referida camada de trabalhadores urbanos.

Entretanto, observamos que estes trabalhadores não são agentes passivos neste processo, formando eles mesmos, através de suas entidades de classe, meios para sua própria educação, engendrando parte do contexto educacional de Rio Grande e engrandecendo a História da Educação do Rio Grande do Sul.

## REFERÊNCIAS

### Fontes – Arquivos pesquisados

**Biblioteca Riograndense:** Jornais: “O Tempo”, Rio Grande, 1918-1927; “Rio Grande”, Rio Grande, 1918-1927; e

“Echo do Sul”, Rio Grande, 1918-1927.

RIO GRANDE, Relatórios da Intendência Municipal, 1918-1927.

### **Livros, Teses, Dissertações e Artigos**

ALVES, Francisco das Neves. Instrução pública na cidade do Rio Grande: as reivindicações da Câmara Municipal (1845-1889). In: Francisco das Neves Alves;

CARVALHO, Laerte Ramos de. A Educação Brasileira e a sua Periodização. **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas: SBHE, n. 2., jul/dez 2001, p 137-152

CESAR, Willy. **Centenário do Colégio Lemos Jr.**: Rio Grande. Rio de Janeiro: UniverCidade Ed., 2007.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Instrução Elementar no Século XIX. In: LOPES, Eliane M. T.; FARIA FILHO, Luciano M.; VEIGA, Cynthia G. (Orgs.). **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p.135-150

GIOLO, Jaime. **Lança e grafite**. Passo Fundo: UPF, 1994.

LONER, Beatriz Ana. **Classe Operária: Mobilização e Organização em Pelotas: 1888 – 1937**. Tese de doutorado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS, Porto Alegre: 1999. 2 v.

MARTINS, Solismar Fraga. **Cidade do Rio Grande: industrialização e urbanidade (1873-1990)**. Rio Grande: Ed. FURG, 2006.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. 7ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.

SAVIANI, Dermeval. História das Idéias Pedagógicas: reconstruindo o conceito. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Pesquisa em História da Educação: perspectivas de análises, objetos e fontes**. Belo Horizonte: HG Edições, 1999. p.9-24.

SEGATTO, José Antonio. **A Formação da Classe Operária no Brasil**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

VECHIA, Ariclê. O ensino secundário no século XIX: instruindo as elites. In: BASTOS, Maria Helena Câmara; STEPHANOU, Maria (Orgs.). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil – Vol. II – Século XIX**. Petrópolis: Vozes, 2005. p.78-90

VILLELA, Heloisa. O Mestre-Escola e a Professora. In: LOPES, Eliane M. T.; FARIA FILHO, Luciano M.; VEIGA, Cynthia G. (Orgs.). **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p.95-134